



OFÍCIO (GAB-CÂM) N.º 232/2025

Aracruz-ES, 01 de setembro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
Presidente da Câmara Municipal
Aracruz-ES

Assunto: Resposta ao Of. N.º 032/2025 – Mesa Diretora.

Referência: Processo Eletrônico n.º 32.556/2025.

Excelentíssimo Presidente,

Com os nossos cumprimentos, e em resposta ao Of. N.º 032/2025 da Mesa Diretora, encaminhando o Projeto de Decreto Legislativo nº 082/2025, encaminhamos o parecer da Procuradoria Geral deste município constante às fls. 23 a 33 dos autos, para conhecimento.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal



Inexiste, portanto, no conteúdo da norma mencionada no projeto, a qualquer relação com a remuneração da participação em Conselho tratada equivocadamente como alvo da proposição em estudo.

Logo, o Decreto Executivo possui caráter meramente regulamentador da criação e funcionamento do Comitê, sem conteúdo normativo autônomo em relação à remuneração de seus membros, não havendo qualquer "ato exorbitante" a ser suspenso, pois o direito aos pagamentos questionados é de origem legal e independe de regulamentação.

Para que não restem dúvidas, o artigo 62 da Lei nº 4770/25 assim prevê:

Por sua vez, o art. 110 da Lei nº 2.898/2006, com suas alterações, dispõe expressamente acerca do pagamento de gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva ou comissões especiais de trabalho, vantagem que foi estendida pela Lei 4.770 aos integrantes do Comitê Orçamentário e Financeiro.

2

§ 2º As instâncias previstas neste artigo serão regulamentadas em decreto.

Induidoso que, por se tratar de instâncias de governança municipal a que se subordinam todos os outros órgãos da Administração, os referidos conselhos de governança, como já eram sob a legislação anterior, seriam formados por Secretários Municipais, tudo conforme as melhores práticas de gestão pública e embasados nos estudos que acompanharam a proposição daquelas Lei, formulados pela renomada Fundação Dom Cabral.

Outro ponto relevante é a equivocada tentativa de argumentação que pretende restringir a gratificação criada pela Lei aos "servidores", excluindo desse conceito os agentes políticos. Tal argumento ignora a doutrina, a jurisprudência e, sobretudo, a legislação positiva vigente. O artigo 2º da Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa é categórico ao dispor que:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.

A norma traz apenas um exemplo de definição legal que acompanha e corrobora o entendimento já há muito consolidado no sentido de que servidor público, “*latu sensu*”, é todo aquele investido em cargo público, independente da natureza de tal vínculo.

Inescapável, portanto, que o conceito de agente público (e de servidor público lato sensu) abrange também os agentes políticos, como os Secretários Municipais, afastando a premissa de que tais membros estariam excluídos da possibilidade de percepção da gratificação legalmente prevista, especialmente quando a norma determina tal pagamento especialmente a tais agentes. A interpretação está consolidada há décadas na jurisprudência.

Por fim, importa registrar que a possibilidade de Secretários de Estado e Secretários Municipais perceberem gratificação por participação em comitês, conselhos ou órgãos de deliberação coletiva é prática consagrada em todos os níveis da Federação. Essa sistemática é replicada em diversos Estados e Municípios brasileiros, revelando não apenas sua legitimidade constitucional, mas também sua adequação ao regime jurídico remuneratório.

No âmbito local, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) já se pronunciou em diversas e recentes oportunidades reconhecendo a legalidade do pagamento de gratificações a Secretários Municipais quando instituídas por lei, assentando que não se trata de aumento de subsídio, mas de remuneração extraordinária por atribuições adicionais em órgãos colegiados, desde



que respaldada na legislação. O tema em questão já se encontra pacificado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, consoante se extrai do Informativo de Jurisprudência nº 113 (Núcleo de Jurisprudência e Súmula), senão vejamos:

"PESSOAL. SERVIDOR PÚBLICO. PROCURADOR. SUBSÍDIO. GRATIFICAÇÃO. JETON. Parecer em Consulta TC nº 017/2021, sobre a possibilidade de pagamento de gratificação pela participação em órgão deliberativo a procurador optante pela modalidade remuneratória de subsídio. Trata-se de consulta formulada pelo prefeito de Vitória, solicitando resposta para as seguintes indagações: "i) (...) legalidade do pagamento de "Jeton", ou outro tipo de remuneração/gratificação derivada de participação em órgão deliberativo, a Procurador Municipal optante pela modalidade remuneratória de subsídio ii) Em suma, se está ainda em vigor a posição proferida no Parecer/Consulta TC 024/2017". O Plenário desta Corte, à unanimidade, nos termos do voto do relator, acompanhando entendimento do parecer do Ministério Público de Contas, conheceu da consulta e, no mérito, informou ao consulente a vigência do Parecer em Consulta 24/2017, que carrega resposta à dúvida suscitada na presente consulta, exarada nos autos do TC-2198/2012. O item 1.1 da parte dispositiva do referido parecer traz o seguinte entendimento: **"1.1. Pela possibilidade do pagamento de gratificação pela participação em órgão deliberativo coletivo ou comissões especiais de trabalho (Jeton) a Secretários Municipais (agentes políticos) e a Procuradores Municipais (servidores públicos), remunerados por subsídio, desde que as atribuições, que embasem o pagamento do jeton ou da gratificação, não correspondam, explícita ou implicitamente, a atribuições ordinárias do respectivo cargo"**. Parecer em Consulta TC nº 017/2021, TC-1175/2021, relator conselheiro Sergio Manoel Nader Borges, publicado em 21/06/2021".

Assim, fica evidenciado que a medida adotada em Aracruz não destoia das práticas administrativas já validadas inclusive pelo órgão de controle externo, não configurando, portanto, qualquer ousadia jurídica, mas o estrito cumprimento da lei.

Portanto, **não há exorbitância** a justificar a sustação, a uma porque o Decreto mencionado na proposição nem menciona nem cria qualquer remuneração pois não trata em momento algum do assunto questionado, a duas porque a remuneração de fato existente, relativa à participação no Comitê Orçamentário e Financeiro, decorre de expressa previsão de Legal, inexistindo regulamentação infralegal que determine o pagamento.

Data vênia, a minuta de decreto legislativo ora analisada configura especiosa e indevida interferência da Câmara na gestão administrativa do Executivo, em afronta ao art. 2º da CF, bem como tentativa incabível de cessar efeitos de norma legal proposta pela própria parlamentar Autora e aprovada pelo Poder Legislativo Municipal.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela **inconstitucionalidade material e jurídica do Projeto de Decreto Legislativo nº 082/2025**, que, ao tentar sustar norma inexistente, incorre em abuso legislativo



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3800330030003500350038003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Luciana de Oliveira Sacramento** em 29/08/2025 18:03

Checksum: **2FE6E44ACB937F17C15C6EAE17F65F063861C5D1D2C0BFE498CC907B25322778**



Autenticar documento em <https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3800330030003500350038003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2004 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resposta ao Of. N.º 032/2025 – Mesa Diretora - processo nº 32556/25

"segov.apoio" <segov.apoio@aracruz.es.gov.br>

1 de setembro de 2025 às 15:24

Para: legislativo@aracruz.es.leg.br

Prezados,

Segue Resposta ao Of. N.º 032/2025 – Mesa Diretora.

Atenciosamente,

SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV
PREFEITURA DE ARACRUZ/ES
(027) 3270-7012/ (027) 3270-7018

As informações contidas nesta mensagem são confidenciais e protegidas pelo sigilo legal. A divulgação, distribuição ou reprodução do teor deste documento depende de autorização do emissor. Caso V. Sa. não seja o destinatário, preposto, ou a pessoa responsável pela entrega desta mensagem, fica, desde já, notificado que qualquer divulgação, distribuição ou reprodução é estritamente proibida, sujeitando-se o infrator às sanções legais. Caso esta comunicação tenha sido recebida por engano, favor nos avisar imediatamente, respondendo esta mensagem.

Prefeitura do Município de Aracruz-ES

www.aracruz.es.gov.br



Autenticar documento em <https://aracruz.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330035003600390038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.